

Brasil e São Paulo: configurações históricas e apontamentos recentes sobre a concentração fundiária e a luta pela terra.

Joelson Gonçalves de Carvalho (ITR/UFRRJ)

ÁREA: 6. Economia Agrária, Espaço e Meio ambiente

SUB-ÁREA: 6.2. Economia Agrária e do Meio Ambiente

Resumo

O presente artigo busca recuperar o histórico processo de concentração fundiária no Brasil e sua relação com a modernização da agricultura, com o objetivo de fazer uma associação desta relação com a luta pela terra, em sua fase mais recente. A partir desta discussão o artigo volta-se para uma análise do estado de São Paulo, com o mesmo objetivo: deixar claro que a modernização conservadora pela qual passou a agricultura, notadamente na unidade da federação mais dinâmica economicamente, não arrefeceu os problemas agrários bem como é, hoje, um dos principais motivos para o aumento da luta pela terra no estado.

Palavras-chaves: modernização agrícola, concentração fundiária, luta pela terra

Abstract

This article seeks to recover the historical process of land concentration in Brazil and its relation with the modernization of agriculture, with the goal of making an association of this relationship to the land struggle, in its recent stage. Then the article turns to an analysis of the São Paulo, with the same purpose: to show that agriculture modernization in this state not resolved the land problems and as today is one of the main reasons for the increase of the struggle for land in the state.

Key words: modernization of agriculture, land concentration, struggle for land

1. Introdução

Este artigo parte da premissa que o aumento da luta pela terra registrada em todas as unidades da federal e mais especificamente em São Paulo é resultado da secular concentração fundiária associada ao avanço do agronegócio como modelo de desenvolvimento rural-agrícola, adotado pelo mercado e referendado pelo Estado. Sendo assim, o trabalho parte da modernização agrícola e seus rebatimentos mais gerais no Brasil para, em seguida focar no estado de São Paulo, considerado o estado com a agricultura mais diversificada e moderna do país. A ideia central é deixar claro que mesmo com a adoção do agronegócio como modelo de desenvolvimento rural, a luta pela terra não se arrefeceu, pelo contrário, ganhou novos contornos.

Em tempo, ressalta-se que o agronegócio, neste trabalho, é definido de modo diferente do apresentado por Davis e Goldberg (1957) no qual é a soma total das operações de produção e distribuição de suprimentos agrícolas; as operações de produção nas unidades agrícolas; e o armazenamento, o processamento e a distribuição dos produtos agrícolas, e itens produzidos com eles. Optou-se metodologicamente pelo entendimento de agronegócio como ampliação do conceito de latifúndio que, para além da terra, também concentra tecnologia e políticas de crédito e desenvolvimento, expandindo e ampliando o seu controle sobre o território e as relações sociais presentes nele (FERNANDES, 1999 e 2001).

Para cumprir o objetivo proposto, o artigo está estruturado em dois tópicos, além desta introdução e das considerações finais. Primeiramente busca-se contextualizar o processo de modernização da agricultura e seus condicionantes econômicos de modo a compor um pano de fundo da discussão sobre a questão agrária nacional. Em seguida, tendo como foco o estado de São Paulo, objetiva-se demonstrar a permanência de sua estrutura fundiária concentrada, com o intuito de evidenciar que, em meio a um processo dinâmico de modernização e simbiose da agricultura paulista com o capital financeiro, ligado ao agronegócio, houve, ao mesmo tempo, concentração fundiária, aumento da pobreza e agravamento da luta pela terra.

2. Modernização da agricultura, concentração fundiária e luta pela terra no Brasil

O termo “modernização agrícola” é apresentado como modificações nas bases técnicas de produção com a introdução de máquinas, equipamentos, insumos com elevado grau de incorporação tecnológica, entre outros. A agricultura tradicional, base das pequenas propriedades praticantes da diversificação da lavoura, por seu viés arcaico, com técnicas rudimentares cedeu velozmente espaço para a agricultura capitalista. Essa última com fortes relações intersetoriais com a indústria, geralmente em uma nítida relação de subordinação. A viabilidade do modelo empresarial de agricultura preconizada por essa modernização privilegiou o latifúndio e a monocultura pelo seu caráter extensivo que, ao mesmo tempo em que se mecanizou, negou trabalho.¹

A rápida inversão demográfica entre a população rural e urbana é um bom exemplo dos impactos da modernização da produção agrícola no país. Se observados os dados populacionais em 1940 e 1950, o Brasil apresentava na população rural 69% e 64% do total nacional respectivamente. A transição para um país majoritariamente urbano se deu entre as décadas de 1960 e 1970. No censo de 1970, o Brasil registrava 56% de residentes urbanos contra 44% rurais. As taxas geométricas de crescimento demográfico também são bastante ilustrativas: a da população rural entre as décadas de 1940, 1950 e 1960 foi de 1,57% ao ano, enquanto a urbana, que fora de 3,85% entre 1940 e 1950 saltou para 5,2% ao ano até 1970. Entre as décadas de 1960 e 1970, a taxa de crescimento rural foi de apenas 0,5% e, no auge da modernização agrícola, entre 1970 e 1980, ficou negativa (-0,6%), sendo 4,4% o crescimento da urbana no mesmo período, segundo informações dos Censos do IBGE.

Quanto mais se avançava na consolidação da industrialização nacional mais se aprofundava a “industrialização do campo”, com a constituição de segmentos voltados exclusivamente para o setor agrícola, expressa notadamente pela política de crédito rural para dinamizar o setor agroexportador.

O crédito rural foi um instrumento fundamental para a montagem e consolidação de uma agricultura moderna e capitalista, contudo ele não foi o único instrumento utilizado pelo governo para apoiar a grande lavoura. Nesse sentido cabe destaque ao papel desempenhado pela assistência técnica e pelas pesquisas agrônômicas bem como pelo sistema educacional voltado à formação de mão-de-obra qualificada aos interesses

¹ A evolução dos indicadores do uso de fatores de produção na agropecuária dos diversos estados brasileiros de 1940 a 1985 pode ser encontrada em Ramos (2005, Pág. 108).

dos setores rurais dinâmicos.² Seu caráter seletivo e concentrador foi marcado não só pela concentração de renda como também pela concentração regional, tendo seus maiores beneficiários os grandes produtores, a agroindústria e, de modo regional, a região centro-sul.³

O modelo agrícola baseado na elevada produtividade foi incentivado pelo governo federal durante a década de 1980. E foi no modelo de financiamento que o governo ratificou essa matriz agrícola, desconsiderando, portanto, o fato de ser, a questão agrária brasileira, marcada pela desigualdade de acesso à terra e por consequência a financiamentos.

A utilização de máquinas pesadas, insumos específicos, adubação química e consequente aumento da produtividade são características dessa modernização agrícola mais conhecida como Revolução Verde (GRAZIANO DA SILVA, 1993). Revolução essa que foi de grande valia para a consolidação dos grandes complexos agroindustriais (CAI's), incapazes, diga-se, de amenizar a pobreza rural agravando sobretudo as discrepâncias da estrutura agrária nacional (Tabela 1).

Tabela 1 – Índice de Gini corrigido⁴ da distribuição da posse da terra e porcentagens de áreas correspondentes de estabelecimentos agropecuários no Brasil – 1960, 1970 e 1975.			
	1960	1970	1975
G*	0,842	0,844	0,855
(50-)	3,1%	2,9%	2,5%
(10+)	78,0%	77,7%	79,0%
(5+)	67,9%	67,0%	68,7%
(1+)	44,5%	43,1%	45,2%
Média	75 ha	60 ha	65 ha
Mediana	12 ha	9 ha	9 ha

Censo Agrícola de 1960 e Censos Agropecuários de 1970 e 1975. Apud Graziano da Silva, 1980, Pág. 355-360. Alterado pelo autor. Nota: G* calculado estimando desigualdades intra-estratos em metodologia proposta por Hoffmann (1979).

² Para uma análise apurada das iniciativas governamentais para pesquisa e assistência técnica de 1808 até a década de 1930, ver: Szmercsányi, T. *Pequena história da agricultura no Brasil*. Ed. Contexto, 1998.

³ O SNCR, no bojo da reforma do sistema financeiro, estabelecia regras para que os recursos captados pelos bancos comerciais pudessem ser aplicados na agricultura. Os bancos eram obrigados a emprestar 10% dos depósitos à vista para as atividades agrícolas ou repassar os recursos para o Fundo Geral para a Agricultura e Indústria (KAGEYAMA et. al., 1990).

⁴ O Índice de Gini Corrigido (G*) é calculado estimando as desigualdades intra-estratos, considerando função de densidade linear e de Pareto com dois parâmetros no último estrato se este for aberto à direita (HOFFMANN, 1979).

Observados os dados da tabela 1 fica evidente que a concentração na distribuição da posse da terra aumentou entre 1960 e 1975. Além disso, fica patente que a participação da área correspondente aos 50% de estabelecimentos agropecuários com área inferior a mediana (ou como é conhecido, os 50% menos) no Brasil só foi superior a 3% em 1960. Em paralelo, os estabelecimentos com áreas superiores a 10%, 5% e 1% aumentaram sua participação em todos os anos da série. A discrepância da posse da terra também pode ser observada comparando-se a média e a mediana. Enquanto, na média, em 1975, os estabelecimentos brasileiros tinham 65 hectares, a moda estatística (valor que mais repete) era de apenas 9%.

Na década de 1980, o movimento global do capitalismo promoveu um deslocamento da base produtiva para a financeira, subordinando a primeira à segunda, eliminando, por seu turno, os condicionantes internacionais favoráveis ao crescimento brasileiro na década anterior.⁵ Na tentativa de garantir o pagamento da dívida externa houve corte de gastos de investimento e manutenção de subsídios e incentivos às exportações a fim de gerar dólares e garantir mega-superávits que foram transferidos ao exterior. Isso, por sua vez, ratificou uma vez mais a concentração de terra e o agronegócio como agentes importantes para o crescimento (desigual) nacional e a nova fuga para frente, das elites nacionais.

Entretanto, todo esse processo não se deu de modo pacífico. A capitalização da agricultura, não ocorreu sem traumas – haja vista o elevado grau de excludência, concentracionismo e desigualdade, envolvidos no processo – trazendo consigo o ressurgimento da mobilização social, seguida de repressão e assassinatos (MENDONÇA, 2006).

Com o processo de redemocratização e o aumento da pobreza tanto rural quanto urbana, tornaram-se visíveis os novos movimentos sociais de luta pela terra e reforma agrária, bem como recrudesceram-se e institucionalizaram-se os movimentos contrários a reformas no campo. Este é o caso do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra do Brasil (MST) e da União Democrática Ruralista (UDR) respectivamente.⁶

⁵ O Brasil foi bastante beneficiado por condicionantes externos, a exemplo da matriz tecnológica estabelecida pela Segunda Revolução Industrial, marcada por sua grande difusão e lentas incorporações de progresso técnico que, em sendo assim, permitiram a cópia e a reprodução, aumentando a concorrência horizontal e possibilitando a países periféricos se industrializarem e se inserirem de alguma maneira no mercado mundial (CARNEIRO, 2002).

⁶ Segundo o Relatório 2007, do Banco de Dados da Luta pela Terra, o Brasil contava com aproximadamente 93 movimentos socioterritoriais, dentre o quais o mais conhecido e atuante era o MST.

O ressurgimento das discussões sobre a estrutura agrária no Brasil não é responsabilidade apenas dos novos movimentos organizados no campo, notadamente o MST, nem muito menos um modismo acadêmico. É resultado de um processo idiossincrático, ao longo do tempo que, na medida em que dava respostas à questão agrícola, agravava a questão agrária. Segundo Oliveira (2001, pág.197):

A análise da realidade agrária brasileira do final do século XX mostra, de forma cabal, a presença dos conflitos de terra. Se por um lado a modernização conservadora ampliou suas áreas de ação, igual e contraditoriamente os movimentos sociais aumentaram a pressão social sobre o Estado na luta de terra.

Isso explica, em parte, o aumento do número de assassinatos no campo, pelo menos até 1987. A tabela 2 deixa claro que o período com o maior número de mortos (1984 a 1987) foi justamente o período de constituição de novos atores políticos e sociais tais como o MST e a UDR, além de ser o período da redemocratização nacional.

Tabela 2 – Número de assassinatos em conflitos agrários no Brasil (1980 – 2005)

Ano	Assassinatos	Ano	Assassinatos
1980	53	1993	45
1981	69	1994	29
1982	57	1995	34
1983	81	1996	49
1984	124	1997	30
1985	171	1998	47
1986	150	1999	32
1987	216	2000	25
1988	89	2001	34
1989	70	2002	43
1990	78	2003	44
1991	51	2004	39
1992	50	2005	38

Fonte: Comissão Pastoral da Terra - CPT / Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST. Segundo informações colhidas em www.cptnacional.org.br

Desde o início da Nova República houve um aumento expressivo das mobilizações sociais em torno de questões nacionais relevantes, dentre elas a reforma agrária. Contudo, a repressão sobre os movimentos sociais, especialmente sobre os movimentos camponeses, foi maior que a envergadura do debate sobre a necessidade de mudanças na legislação e na Constituição⁷.

⁷ Conforme apontam os dados em destaque na tabela 2.

É neste contexto, sob a Nova República, em 1985, que nasceu o primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), coordenado por José Gomes da Silva e uma equipe notoriamente favorável à reforma agrária. O PNRA beneficiava posseiros, parceiros, arrendatários, assalariados rurais e minifundiários. Diante da intervenção direta da UDR o plano aprovado pelo governo Sarney, alguns anos depois, era muito distinto ao que tinha sido proposto por Gomes da Silva, o que por sua vez, impediu legal e institucionalmente a efetiva distribuição de terras durante toda a década de 1990.

Quando a Assembléia Nacional Constituinte, a partir de 1986, discutia a questão agrária nacional, o escopo da discussão apresentou duas frentes: a primeira consistia na correlação de forças na composição da equipe do PNRA e a segunda centrava-se na questão da desapropriação como meio de implantação da reforma agrária (LAUREANO, 2007, pág. 160). O resultado final no texto constitucional foi contraditório. Se por um lado garantiu a inclusão da função social da propriedade, por outro dificultou a utilização dos instrumentos de desapropriação. Contradição esta que, em síntese, beneficiou o latifúndio improdutivo, prevendo indenizações em Títulos da Dívida Agrária (TDA), com cláusula de preservação do valor real independentemente do grau de produtividade da propriedade.

Não obstante a isso, segundo dados do DATALUTA,⁸ de 1988 a 2007 ocorreram 7.561 ocupações de terras no Brasil envolvendo 1.119.654 famílias nos diversos estados brasileiros conforme mostra a tabela 3.

⁸ O DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra – é um projeto de pesquisa e extensão criado no Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária NERA – vinculado ao Departamento de Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia da UNESP, campus de Presidente Prudente.

Tabela 3 – Número de ocupações e assentamentos e famílias envolvidas no Brasil (1985 – 2007)

Ano	Número de ocupações	Número de famílias em ocupações	Número de assentamentos	Número de famílias assentadas
1985	-	-	86	9.307
1986	-	-	174	26.618
1987	-	-	182	32.279
1988	71	10.491	203	37.158
1989	86	20.350	159	17.337
1990	50	7.314	29	6.454
1991	85	14.990	35	10.445
1992	93	17.838	93	10.892
1993	116	19.442	127	13.281
1994	163	23.016	177	20.753
1995	186	42.746	251	34.037
1996	459	78.281	566	62.756
1997	514	69.485	632	74.186
1998	828	111.396	763	70.260
1999	903	119.905	587	47.636
2000	529	83.900	327	25.833
2001	285	45.767	434	38.953
2002	274	41.006	373	41.222
2003	562	93.483	304	23.856
2004	703	118.475	450	35.272
2005	569	73.283	671	77.357
2006	553	58.717	538	61.650
2007	532	69.769	147	12.317

Fonte: DATALUTA, 2008. www.fct.unesp.br/nera

A luta pela terra ganhou dimensões nacionais, tendo no nordeste uma maior expressividade, com 37% das ocupações que envolveram 35% das famílias no total nacional. Um olhar sobre o comportamento da luta pela terra nos estados brasileiros deixa evidente que a luta pela terra, manifestada pelo número de ocupações e famílias envolvidas, não é um fato isolado de uma determinada região.

Chama a atenção os números da região sudeste, que representa aproximadamente 26% do total das ocupações e quase 25% do número de famílias envolvidas (Tabela 4). No que tange os estados das duas principais regiões, em número de ocupações e famílias envolvidas, cabe destaque para os estados de São Paulo (que representa 60% do total de ocupações de todo sudeste) e Pernambuco (com 40% da região nordeste).

Tabela 4 – Número de ocupações e de famílias por estado e por macrorregiões selecionadas no Brasil (1988 – 2007)

REGIÃO/UF	Nº DE OCUPAÇÕES	%	Nº DE FAMILIAIS	%
NORDESTE	2.804	37,09%	392.164	35,03%
AL	429	5,67%	57.610	5,15%
BA	497	6,57%	83.354	7,44%
CE	94	1,24%	10.399	0,93%
MA	106	1,40%	17.023	1,52%
PB	171	2,26%	18.474	1,65%
PE	1.156	15,29%	152.587	13,63%
PI	78	1,03%	10.031	0,90%
RN	130	1,72%	16.112	1,44%
SE	143	1,89%	26.574	2,37%
SUDESTE	1.961	25,94%	274.157	24,49%
ES	93	1,23%	12.753	1,14%
MG	601	7,95%	60.135	5,37%
RJ	96	1,27%	13.818	1,23%
SP	1.171	15,49%	187.451	16,74%
BRASIL	7.561	100,00%	1.119.654	100,00%

Fonte: DATALUTA, 2008. Segundo informações www.fct.unesp.br/nera

A tabela 4 deixa patente o quanto o estado de São Paulo é o foco principal de processos de luta pela terra. Associando-se o aumento das ocupações com a evolução do Índice de Gini⁹ conclui-se que, das 27 unidades da federação, o estado de São Paulo foi o 4º em aumento da desigualdade da propriedade rural, com um incremento no índice de 6,06% em relação aos dois últimos censos agropecuários (Tabela 5). Não houve uma redução significativa da concentração fundiária entre 1985 e 2006, de modo a se tornar perene a expropriação, a expulsão e o desemprego, que continuam configurando como elementos centrais da questão agrária paulista com rebatimentos sociais significativos.¹⁰

⁹ Índice de Gini calculado admitindo a perfeita igualdade dentro dos estratos.

¹⁰ Devido a mudanças metodológicas a comparação entre os dois últimos censos deve ser cautelosa. Para maiores detalhes ver Teixeira, Gerson. O Censo Agropecuário 2006 – Brasil e Regiões. Assessoria do mandato do **Deputado Federal Beto Faro** (PT/PA). Texto de 10 de outubro de 2009. Teixeira faz competente análise das dificuldades comparativas entre os censos agropecuários de 1995/1996 e 2006.

Tabela 5 – Índice de Gini da distribuição da posse da terra, segundo as Unidades da Federação – 1985, 1995/96 e 2006: valor publicado pelo IBGE e valor estimado

Brasil e Unidades da Federação	1985		1995		2006	
	(a)	(b)	(a)	(b)	(a)	(b)
Brasil	0,857	0,858	0,856	0,857	0,854	0,856
Rondônia	0,655	0,656	0,765	0,766	0,717	0,714
Acre	0,619	0,626	0,717	0,723	0,716	0,716
Amazonas	0,819	0,820	0,808	0,809	0,837	0,838
Roraima	0,751	0,753	0,813	0,815	0,664	0,666
Pará	0,827	0,828	0,814	0,815	0,822	0,821
Amapá	0,864	0,865	0,835	0,835	0,852	0,851
Tocantins	0,714	0,716	0,726	0,728	0,792	0,792
Maranhão	0,923	0,924	0,903	0,904	0,864	0,866
Piauí	0,896	0,897	0,873	0,874	0,855	0,856
Ceará	0,815	0,816	0,845	0,846	0,861	0,862
Rio Grande do Norte	0,853	0,854	0,852	0,853	0,824	0,824
Paraíba	0,842	0,843	0,834	0,835	0,822	0,821
Pernambuco	0,829	0,831	0,821	0,822	0,825	0,825
Alagoas	0,858	0,860	0,863	0,865	0,871	0,871
Sergipe	0,858	0,860	0,846	0,848	0,821	0,822
Bahia	0,840	0,841	0,834	0,835	0,840	0,839
Minas Gerais	0,770	0,772	0,772	0,773	0,795	0,795
Espírito Santo	0,671	0,673	0,689	0,692	0,734	0,733
Rio de Janeiro	0,815	0,816	0,790	0,791	0,798	0,798
São Paulo	0,770	0,772	0,758	0,760	0,804	0,803
Paraná	0,749	0,752	0,741	0,743	0,770	0,770
Santa Catarina	0,682	0,685	0,671	0,673	0,682	0,680
Rio Grande do Sul	0,763	0,764	0,762	0,763	0,773	0,772
Mato Grosso do Sul	0,860	0,861	0,822	0,823	0,856	0,857
Mato Grosso	0,909	0,910	0,870	0,871	0,856	0,865
Goiás	0,766	0,767	0,740	0,741	0,776	0,776
Distrito Federal	0,767	0,776	0,801	0,802	0,818	0,818

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários. Apud Hoffmann (2010). Notas: (a) Valor publicado pelo IBGE, calculado com os dados individuais (área de cada estabelecimento). (b) Valor calculado utilizando a tabela com dados por estratos de área publicada pelo IBGE e estimando a desigualdade dentro de cada estrato supondo que a distribuição dentro do estrato tem função de densidade linear ou, no caso do último estrato, é a distribuição de Pareto.

Em que pese a diminuição da concentração da terra em alguns estados e municípios, a concentração na distribuição de terras permaneceu praticamente inalterada nos últimos 20 anos. O índice de Gini, em 2006, foi de 0,854, indicando uma leve redução da desigualdade na concentração da terra, seguindo o caminho de estados como o Maranhão e comportamento inverso ao registrado para São Paulo.

Mesmo no estado de São Paulo, onde se concentra o maior parque industrial da América Latina e também a agricultura mais diversificada e moderna do país, as questões aqui levantadas não foram enfrentadas. Mesmo existindo o senso comum de que a questão agrária estaria resolvida no estado de São Paulo, uma análise pormenorizada dos dados dos Censos Agropecuários mais estudos sobre violência no campo, elaborados por diversas organizações, tais como a CPT, e núcleos de pesquisas como o NERA/UNESP, demonstram outra realidade.

3. Modernização da agricultura, concentração fundiária e luta pela terra no estado de São Paulo

A diversificação da agricultura paulista se deveu em grande parte à expansão da área agricultável para o oeste, com os donos de terras “velhas” passando a vender ou arrendar suas propriedades, em busca de solos mais férteis, propiciando assim um fracionamento das antigas áreas e diversificação das culturas plantadas nas antigas áreas destinadas ao plantio do café. Contudo, como apontado por Cano (2007, pág. 76), essa diversificação não ocorreu apenas em função das crises cafeeiras, mas também nas fases de expansão do café, dada a maior expansão da agricultura praticada fora a propriedade cafeeira.

Houve, ao mesmo tempo, expansão urbana, demográfica e imigratória, tendo a agricultura, cumprido sua “função clássica” de gerar excedentes de alimentos e matérias-primas que, segundo Cano (2007), já eram reclamados pela expansão urbana em São Paulo. Este processo solidificou a existência de lógicas produtivas bem distintas no estado, que variam desde os altamente capitalizados, dominados por grandes empresas, até estruturas totalmente dependentes da mão-de-obra familiar, não obstante a elevada concentração fundiária.

São Paulo, com sua forte indústria e diversificação de sua agricultura, tornou-se um caso emblemático para se demonstrar que o avanço do capitalismo na agricultura se deu de modo concentrador e gerador de idiosincrasias merecedoras de análises.

O Índice de Gini da distribuição da posse da terra no estado de São Paulo pode sugerir uma ligeira diminuição da desigualdade no censo de 1995/96. Mas a mudança do período de coleta dos dados do ano civil para o ano agrícola gerou uma não-captação de estabelecimentos precários neste censo. Ademais, conforme aponta a tabela 6 para o ano de 2006, a desigualdade da posse da terra, medida pelo Índice de Gini, registrou o

maior valor dentro do período analisado, maior inclusive que o 0,795 registrado para 1960 (HOFFMANN, 2007).

Tabela 6 – Índice de Gini (G*) da distribuição da posse da terra conforme a condição do produtor. São Paulo, 1970 a 2006.

Condição do produtor	Ano					
	1970	1975	1980	1985	1995/96	2006
Proprietário	0,757	0,755	0,751	0,752	0,749	0,798
Arrendatário	0,701	0,754	0,741	0,744	0,752	0,810
Parceiro	0,484	0,512	0,591	0,703	0,841	0,933
Ocupante	0,741	0,752	0,786	0,799	0,764	0,585
Total	0,779	0,775	0,774	0,772	0,760	0,803

Fonte: Censos Agropecuários. Apud Hoffmann, 2010.

A elevada concentração fundiária causada pela rápida modernização da agricultura paulista, não se deu sem traumas. Observada a absorção de mão-de-obra, fica patente que o desenvolvimento do capitalismo no campo, com os significativos aumentos da produtividade do trabalho e aumento vertiginoso da maquinização da produção ocorreu à revelia do aumento de oportunidades de trabalho na agropecuária.

Houve, em São Paulo, além de uma redução relativa, também uma queda absoluta do número de famílias ocupadas em atividades agrícolas. Enquanto, em 1960, São Paulo tinha cerca de 1,7 milhões de pessoas ocupadas na agricultura, em 2006, esse número tinha se reduzido para 910 mil. Os dados da tabela 7 demonstram a contínua redução de pessoal ocupado nas atividades agropecuárias *pari passu* ao número de tratores no estado e a redução significativa da relação pessoal ocupado sobre o número de tratores (PO/TR) que declina de 63,56 trabalhadores por trator, em 1960, para uma relação de 6,27, em 2006.

Tabela 7 – São Paulo - Pessoal ocupado e número de tratores na agropecuária nos Censos de 1960 a 2006

Dados estruturais	Censos						
	1960	1970	1975	1980	1985	1995	2006
Pessoal ocupado	1.727.310	1.420.040	1.364.942	1.376.463	1.357.113	914.954	910.805
Tratores	27.176	67.213	101.359	138.739	159.625	170.573	145.345
PO/TR	63,56	21,13	13,47	9,92	8,50	5,36	6,27

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 1960/2006.

Dos 910.805 trabalhadores ocupados nos estabelecimentos agrícolas em São Paulo, em 2006, 38% se encontravam em lavouras temporárias, 31% em atividades de pecuária, 21% em lavouras permanentes e 9% em horticultura e floricultura. As demais atividades empregaram em percentuais abaixo de 1% (IBGE, 2009).

Observados os dados do Censo Agropecuário de 2006, especificamente os grupos de áreas, reforçam-se os argumentos da pequena propriedade enquanto geradora de trabalho e renda. Nos estratos inferiores a 20 hectares, concentram-se 57% do total de estabelecimentos, responsáveis por 35% de todo o pessoal ocupado na agropecuária, em 6% da área total. Calculando as frequências acumuladas, deduz-se que 57% de todos os estabelecimentos rurais no estado estão abaixo dos 20 hectares, ocupando apenas 6% da área total. Em sentido contrário, os estabelecimentos agropecuários acima de 1000 hectares representam apenas 1% do total, mas ocupam 36% de toda a área recenseada em 2006 pelo IBGE.

O que existe, em São Paulo, é um processo contínuo na intensificação da concentração fundiária. Observados os dados dos censos anteriores, em 1985, os estabelecimentos de até 50 hectares totalizavam 214.163. Já em 1995/1996 esse número caiu para 158.913, uma redução, em dez anos, de 25%. No último censo o número de estabelecimentos rurais até 50 hectares aumentou para 177.177, mas isto não é indicador de desconcentração, uma vez que, estes estabelecimentos representam 78% do total em uma área de apenas 15%.

A luta pela terra no estado mais rico do país demonstra o quão complexo e contraditório é o processo de desenvolvimento das forças capitalistas na agricultura brasileira e paulista. Em sendo assim, a formação de assentamentos rurais no estado de São Paulo é uma consequência direta do elevado grau de conflito entre posse da terra e exploração do trabalho.

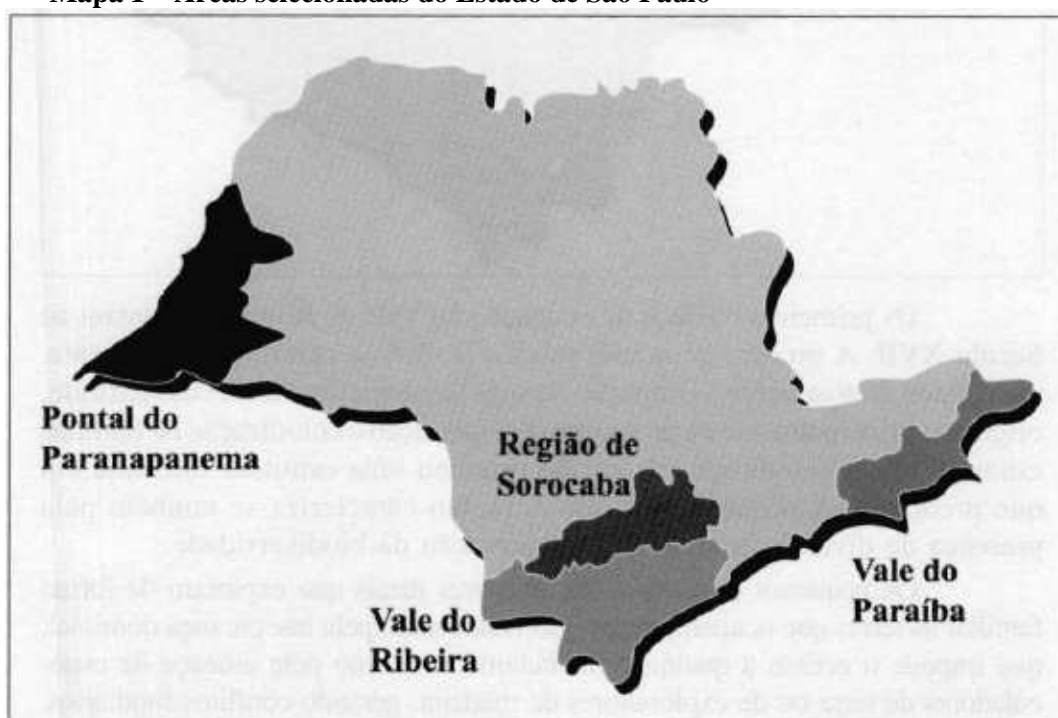
Em que pese os programas estaduais, a exemplo da Revisão Agrária e do Plano de Valorização de Terras Públicas, até os anos 1980, os poucos conflitos ocorridos, no período da ditadura, ocasionaram ocupações de áreas isoladas e residuais na luta pela terra, contudo, no bojo das manifestações pela redemocratização e surgimento de novos atores políticos e sociais tais como MST, PT, CPT, a luta pela terra ganha maior dimensão e maior articulação nacional, imprimindo ao poder público, a necessidade de novas respostas.¹¹

¹¹ Para um estudo sobre a formação de assentamentos rurais anteriores à década de 1980 ver Martins (1979) e Bergamasco et .al. (1991).

Os principais personagens do dilema agrário no estado de São Paulo, a partir dos anos 1980 foram os posseiros, meeiros, arrendatários e sitiantes atingidos por barragens. Somam-se a estes, os movimentos derivados de organizações sindicais, especialmente no que se refere a trabalhadores assalariados ligados ao corte da cana. E, em meio à constituição e fortalecimento desta forma de reivindicação e luta deve-se levar em consideração os migrantes de todo o país que passam a buscar movimentos organizados como instrumento de conquista de terra e trabalho (NORDER, 2004, pág. 78).

As especificidades regionais no processo de formação dos assentamentos rurais no estado não permitem generalizações demasiadas em suas análises, cabendo, portanto algumas reflexões sobre estas áreas marcadas pela grilagem e pela dificuldade de ação e coordenação estatal (Mapa 1). Estas regiões possuem características em comum: estão localizadas nos extremos do Estado, estando fora das principais rotas de desenvolvimento econômico, tendo ainda uma situação econômica comparativamente menor que a do restante do estado, elevado percentual de terras devolutas e de áreas não discriminadas.

Mapa 1 – Áreas selecionadas do Estado de São Paulo



Fonte: ITESP, 2000, pág. 15

O Vale do Ribeira apresenta complexa estrutura agrária e presença de conflitos entre comunidades camponesas e as unidades de conservação. A questão agrária em relação às comunidades tradicionais envolve diferentes grupos de interesse, tais como ecologistas, quilombolas, indígenas, pequenos agricultores, latifundiários dedicados à cultura da banana entre outros. São, segundo o projeto Territórios da Cidadania, 437.908 habitantes, dos quais 114.854 vivem na área rural, o que corresponde a 26,23% do total. Possui 7.037 agricultores familiares, 159 famílias assentadas, 30 comunidades quilombolas e 3 terras indígenas.¹² Os primeiros núcleos de ocupação no Vale do Ribeira remontam ao Século XVII. A procura de ouro e prata, no século XIX, consolidou a efetiva ocupação da área, principalmente através de programas de imigração e colonização de famílias estrangeiras.

A região é hoje uma das poucas que mantém, conservado, um contínuo de Mata Atlântica em todo o país e apresenta uma situação agrária bastante complexa. O aumento da especulação e o processo de grilagem de vastas áreas, que ocorreu entre os anos de 1950 a 1980, geraram elevada concentração fundiária e formação de latifúndios na região, contudo sem amparo legal, causando tensões e conflitos no campo. Segundo Bernini (2009, pág. 42): “A melhoria do sistema viário junto com a expansão da agricultura comercial colaboraram para a intensificação dos conflitos de terra na região. O processo de terras era bastante duvidoso, pois na maioria das vezes ignorava a presença do posseiro e o fato de muitas terras serem públicas”. De modo ilustrativo, 604.000 hectares da parte paulista do Vale do Ribeira, são considerados áreas não discriminadas, algo em torno de 40% de todo o território (MARINHO, 2006).

De toda a área do Vale do Ribeira, 60% se constituem de Unidades de Conservação (UCs). Na região estão presentes também sítios arqueológicos de 2.000 a 2.500 anos, além de populações indígenas e remanescentes quilombolas o que, por seu turno, complexifica a gestão e a interação entre as UCs e a dinâmica econômica e ecológica local e regional aumentando a vulnerabilidade da população local (MARINHO, 2006).

A atividade agrícola mais presente é o cultivo da banana, introduzida na década de 1960 e produzida em larga escala com a presença de insumos e defensivos químicos pelas médias e grandes propriedades, entretanto, também adotada pelos pequenos

¹² Informações disponíveis no Sistema de Informações Territoriais, disponível no site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (<http://sit.mda.gov.br>) acessado em 13 de Setembro de 2010.

produtores como estratégia de sobrevivência o que fez a rizicultura quase desaparecer na região.¹³

Com as limitações impostas a partir da publicação dos decretos que criaram as Unidades de Conservação, os pequenos agricultores, proprietários e posseiros, passaram a sofrer maiores restrições para trabalhar nas terras. Um dos maiores complicadores é a ausência de segurança sobre as suas posses e planos de manejo ecologicamente viáveis e auto-sustentados.

A região de Sorocaba contígua ao Vale do Ribeira, embora inserida em uma das áreas com altos níveis de industrialização e de urbanização do estado, também abrange o chamado "Ramal da Fome", caracterizado pelos baixos níveis de renda de grandes parcelas da população e elevado grau de pobreza. Localizada no entorno da Serra de Paranapiacaba, apresenta problemas de ocupação, pois é caracterizada pela presença de pequenas e médias unidades de produção, com incidência de conflitos decorrentes da ação de especuladores imobiliários, motivados, principalmente, pela pequena distância dessas áreas à capital paulista.

O Vale do Paraíba é outra região com problemas de regularização fundiária, pois possui grande parte de seu território inserido em Unidades de Conservação. Soma-se a isto a incidência de conflitos envolvendo pequenos posseiros e especuladores imobiliários que têm agido em função da ausência de uma atuação mais eficiente por parte do Estado.

Mesmo com problemas de ordem fundiária, o Vale do Paraíba tem como bagagem histórica ter sido a primeira região do estado de São Paulo a explorar a cafeicultura de grande porte. Com a decadência da cultura, a exploração da pecuária leiteira foi incentivada, devido às restrições do relevo com altas declividades das terras, tendo sido a mais importante bacia leiteira do estado até os anos 70. Com a emergência de outras bacias leiteiras, a especialização no gado semi-confinado ou confinado, para a produção de leite, foi a alternativa tecnológica experimentada na região, também encontrando concorrência acirrada com outras regiões que produziam em sistemas menos onerosos (JÚLIO et. al., 2006).

Já o Pontal do Paranapanema é uma região que se originou de um grilo de mais de um milhão e cem mil hectares, sendo um dos maiores processos de grilagem de

¹³ Um problema adicional para a região do Vale do Ribeira é a detecção recente da *Sigatoka Negra*, doença que afeta a bananeira e exige elevada profissionalização e controle sanitário para viabilizar a produção (GONÇALVES, et. al. 2007)

terras devolutas da história do Brasil e a região de maior número de conflitos do estado. Em março de 1984, o governo decretou as primeiras desapropriações e arrecadou uma área de 15.110 hectares, de algumas fazendas, para assentar cerca de quatrocentos e sessenta famílias (FERNANDES, 1999). O assentamento implantado recebeu o nome de Gleba XV de Novembro, sendo a primeira conquista de uma série de outros assentamentos realizados, especialmente a partir dos anos 1990, com a organização do MST na região.¹⁴ Conforme apontado por Medeiros e Leite (1999), uma nova fase nos programas estaduais de ocupações de áreas públicas destinadas ao assentamento de famílias no espaço rural originou-se a partir dos anos 1990, quando o governo foi forçado a se voltar para a região do Pontal do Paranapanema dada à potencialidade dos conflitos naquela região.

Os dados disponíveis, segundo o ITESP e o INCRA, registram 237 assentamentos rurais no estado de São Paulo. O menor deles, criado em 2004, no município de Araras, tem 30 famílias em uma área de apenas 40 hectares. O maior deles é o assentamento Fazenda Reunidas em Promissão que, desde 87, abriga 629 famílias em uma área superior a 17 mil hectares. A partir do recorte regional, observa-se que os 237 assentamentos estão inseridos em 88 municípios em 15 Regiões Administrativas, com destaque para a RAs de Presidente Prudente com 114 assentamentos, Araçatuba com 35, Sorocaba com 18 e Bauru com 17. Fica patente que a RA de Presidente Prudente é a que contém o maior número de assentamentos, ao todo são 114 presentes em 18 municípios, o que representa 48% dos assentamentos no estado em 45% da área desapropriada. A expressividade destes números só foi possível graças à ação de diversos movimentos de trabalhadores rurais, em especial o MST.

A criação de assentamentos rurais, a luta pela terra e a política de reforma agrária não caminham na mesma velocidade, cabendo aos movimentos sociais a manutenção do tema, enquanto bandeira no debate político pelo uso da luta pela terra. Existem hoje aproximadamente mais de 90 movimentos de luta pela terra em todo o país, contudo, indubitavelmente o MST além de ser o mais representativo em termos de ações práticas é o mais completo em termos de estrutura organizacional. Já, em meados dos anos 1990, estava presente em 23 estados brasileiros e com apoio de diversas organizações internacionais.

¹⁴ Segundo dados do DATALUTA, entre os anos de 1988 e 2008, 691 ocupações envolvendo 97.702 famílias. São ao todo 109 assentamentos, totalizando 6.111 famílias beneficiadas em uma área de 140.272 hectares, conforme publicação disponível em www.fct.unesp.br/nera.

Em São Paulo, até 1984, ano de fundação do MST, o estado contava com movimentos isolados nas regiões de Andradina, Pontal do Paranapanema, Itapeva e Campinas, articulados pela CPT. Com a fundação do MST em nível nacional, o Movimento se expandiu para região de Campinas onde as conquistas dos assentamentos Sumaré I e Sumaré II, em áreas da FEPASA, tornaram-se importantes bases na formação do MST no estado. No período posterior (1985-1990), o Movimento começou a ocupar latifúndios e terras devolutas, avançando na direção das regiões de Bauru, Araçatuba, Itapetininga e Pontal do Paranapanema (FERNANDES, 1999), aumentando a pressão pela formação de assentamentos rurais, pelas constantes ocupações de terras (Tabela 8).

Tabela 8 - Número de ocupações e famílias envolvidas em São Paulo e no Brasil - 1997/2009

Ano	São Paulo		Brasil	
	Ocupações	Famílias	Ocupações	Famílias
1997	39	5277	463	58266
1998	78	6213	599	76482
1999	29	8571	593	77612
2000	29	5999	393	64497
2001	20	3024	194	26120
2002	17	2811	184	26958
2003	33	6329	391	65552
2004	71	7254	496	79591
2005	53	5942	437	54427
2006	71	5311	384	44364
2007	75	7737	364	49158
2008	49	3022	252	25559
2009	87	6971	290	27278
Total	651	74461	5040	675864

Fonte: Setor de Documentação da CPT Nacional. Elaboração do autor, segundo informações colhidas em www.cptnacional.org.br

Em São Paulo, assim como em todos os estados, o processo de conquista de assentamentos aconteceu muito mais pelas ocupações do que pelos projetos de governo envolvendo um significativo número de famílias. Esta luta ratificou a ocupação como estratégia de ação, os acampamentos como instrumento de resistência e a produção, como objetivo central dos assentamentos.

Segundo Ferrante e Barone (2008), a trajetória das diversas experiências de assentamentos, sobretudo no estado de São Paulo, no tocante à ação dos órgãos públicos responsáveis pelos projetos tem em comum a falta de planejamento, a desorganização de um cronograma racional de investimentos e o esvaziamento cíclico da estrutura de assistência técnica, o que, por consequência, acaba por prejudicar em muito o desenvolvimento econômico dos produtores assentados.

Entretanto, o *modus operandi* dos camponeses, suas formas de ação, articulação comercial, produção e reprodução social demonstram que, embora o capitalismo no campo seja predominante, não pode ser a partir dele que se deve qualificar, julgar ou analisar a agricultura de caráter familiar, especialmente os assentamentos rurais. O lote não pode ser visto como unidade de produção capitalista que visa maximização dos lucros e sim o lócus de identidade e reprodução social, no qual o assentado produz e consome, podendo, inclusive gerar excedente comercializável.

Dada a limitação de tamanho dos lotes dos assentamentos rurais e, por consequência, a elevada relação entre a mão-de-obra disponível e a quantidade de trabalho a realizar, é comum que membros da família busquem, fora das áreas dos assentamentos, notadamente, em trabalhos urbanos ou nas empresas do agronegócio, renda externa, o que, em si, não deve ser colocado como fracasso das políticas de assentamentos rurais e sim como ações necessárias, dadas as limitações oriundas da ausência de planejamento público, sempre a reboque, pelo menos no campo, das ações dos movimentos sociais. Em tempo, é importante deixar claro que, em muitos casos, atividades desenvolvidas os lotes são insuficientes para a manutenção de todo o núcleo familiar.¹⁵

Por fim, é de modo dialético que, no cumprimento de seu papel, os movimentos sociais mantêm a reforma agrária na pauta política do Estado reforçando a bandeira de que a reforma agrária, entretanto, é dever do Estado, em que pese à constatação empírica de que sua participação atual não está sendo nem determinante, nem propositiva.

¹⁵ Cabe aqui recuperar uma passagem de Chayanov (1974, pág. 101) “Quando a terra é insuficiente e se converte em um fator mínimo, o volume da atividade agrícola para todos os elementos da unidade de exploração se reduz proporcionalmente, em grau variável, porém inexoravelmente. Mas a mão-de-obra da família que explora a unidade, ao não encontrar emprego na exploração, se volta [...] para atividades artesanais, comerciais e outras atividades não-agrícolas para alcançar o equilíbrio econômico com as necessidades da família”. Apud Girard, 2008, pág. 98.

4. Considerações finais

O caminho percorrido, durante o artigo, partiu das análises mais gerais sobre a questão agrária nacional e sua relação com a modernização da agricultura, com o objetivo de fazer uma associação desta relação com a luta pela terra, em sua fase mais recente. A partir desta discussão o trabalho voltou-se para uma análise do estado de São Paulo, com o mesmo objetivo: deixar claro que a modernização conservadora pela qual passou a agricultura, notadamente na unidade da federação mais dinâmica economicamente, não arrefeceu os problemas agrários bem como é, hoje, um dos principais motivos para o aumento da luta pela terra no estado.

Nacionalmente, mesmo com a implantação das modernas forças capitalistas na agricultura, os problemas de parte significativa da população rural não se resolveram, pelo contrário, foram marcados por desigualdade, a exclusão e a convivência simultânea (e não pacífica) com outras formas de produção. Depois de um processo idiossincrático de industrialização da agricultura, se manifestou na questão agrária brasileira a permanência do êxodo rural, com redução do número de trabalhadores no campo, o crescente aumento na produtividade do trabalho rural desassociados à melhoria de suas condições além do aumento da integração e subordinação de pequenos produtores ao agronegócio com conseqüente aumento da seletividade e especialização destes produtores.

A estrutura agrária continuou concentrada, mas permitiu que a agricultura respondesse às necessidades da industrialização e o estado de São Paulo, com sua forte indústria e diversificação agrícola, se tornou um caso emblemático para se entender os conflitos decorrentes da modernização agrícola e o recrudescimento da pobreza e exclusão no campo.

O estado registrou uma contínua redução de pessoal ocupado nas atividades agropecuárias ao mesmo tempo em que registrou o maior número de ocupações de sem terras de todo o país. É patente, portanto, que os ganhos de produtividade ficaram ao largo da melhoria das condições de vida dos trabalhadores do campo. Isto, por seu turno, se agrava em regiões como o Pontal do Paranapanema, Vale do Paraíba e o Vale do Ribeira, dadas às dificuldades adicionais sobre a posse e a titulação das áreas e a truculência dos ruralistas locais. Juntas, estas três regiões ocupam a maior parte dos estudos sobre a questão agrária paulista e isto se explica por seu histórico marcado pela grilagem e pela dificuldade de ação e coordenação estatal, tendo ainda uma situação

econômica comparativamente menor que a do restante do estado, além de um elevado percentual de terras devolutas. Todavia, os conflitos no campo e a luta pela terra não são exclusividade destas áreas.

5. Bibliografia

BERGAMASCO, S. M. P.; FERRANTE, V. L. B.; D'AQUINO, T. (1991). Assentamentos rurais em São Paulo: A roda viva de seu passado/presente. In: *Ciências Sociais Hoje*. São Paulo: Vértice/Anpocs.

BERNINI, C. I. (2009). De posseiro a assentado: a reinvenção da comunidade do Guapiruvu na construção contraditória do assentamento Alves, Teixeira Pereira, Sete Barras-SP. Dissertação de Mestrado. FFLCH/USP.

CANO, W. (2007). *Raízes da Concentração Industrial em São Paulo*. São Paulo, T. A. Queiroz. Republicado pela editora do Instituto de Economia da Unicamp. (30 anos de Economia – Unicamp, 1).

CARNEIRO, R. (2002). *Desenvolvimento em crise: a economia brasileira no último quarto do século XX*. Editora Unesp, São Paulo.

CHAYANOV, A. V. (1974). *La organización de la unidad económica campesina*. Buenos Aires: Nueva Visión.

DATALUTA/NERA – Núcleo de Estudos, Pesquisa e Projetos de Reforma Agrária. *Data Luta: banco de dados de luta pela terra*. Presidente Prudente, 2007.

DAVIS, J. H. e GOLBERG, R. A. (1957). *A concepto f agribusiness*. Harvard University: Boston.

FERNANDES, B. M. (1999). *Contribuição ao estudo do campesinato brasileiro formação e territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST (1979 –1999)*. Tese de Doutorado. FFLCH/USP,

FERNANDES, B. M. (2001). *Questão agrária, pesquisa e MST*. São Paulo: Cortez

FERRANTE, V. L. S. B. e BARRONE, L. A. (2008). Assentamentos na agenda de políticas públicas: a “trama de tensões” em regiões diferenciadas. In: FERRANTE e WHITAKE (orgs.). *Reforma agrária e desenvolvimento: desafios e rumos das políticas de assentamentos rurais*. Série NEAD Especial. Brasília, MDA.

GONÇALVES, J. S. et. al. (2007). Agropecuária Paulista: transformações do período de 1969-1971 a 2002-2004. In: Cano, W; Brandão, C. A; Maciel, C. S. e Macedo, F. C. *Economia Paulista: dinâmica socioeconômica entre 1980 e 2005*. Ed. Alínea, Campinas.

GIRARDI, E. P. (2008). *Proposição teórico-metodológica de uma Cartografia Geográfica Crítica e sua aplicação no desenvolvimento do Atlas da Questão Agrária Brasileira*. Tese de Doutorado. Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP.

GRAZIANO DA SILVA, (1980). Estrutura Fundiária e Relações de Produção no Campo Brasileiro. In: *Anais do II Encontro da ABCP*. Águas de São Pedro, SP. Outubro.

GRAZIANO DA SILVA, J. (1993) *O que é questão agrária*. Editora brasiliense. São Paulo.

HOFFMANN, R. (1979). Estimação da desigualdade dentro de estratos no cálculo do índice de Gini e redundância. In: *Pesquisa e Planejamento Econômico*. Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 719-738, dez.

HOFFMANN, R. (2007). Distribuição da renda e da posse da terra no Brasil. In: Ramos, P. (org.). *Dimensões do agronegócio brasileiro: políticas, instituições, e perspectivas*. Brasília: MDA.

HOFFMANN, R. (2010). *Distribuição da posse da terra no Brasil e nas Unidades da Federação, conforme a condição do produtor, 1970 a 2006*. (No prelo).

IBGE (1960). *Censo Agrícola*. Rio de Janeiro – RJ.

IBGE (1970). *Censo Agropecuário*. Rio de Janeiro – RJ.

IBGE (1975). *Censo Agropecuário*. Rio de Janeiro – RJ.

IBGE (2006). *Censo Agropecuário*. Rio de Janeiro – RJ.

IBGE (2009). *Censo Agropecuário*. Rio de Janeiro – RJ.

ITESP (2000). *Terra e cidadãos: Aspectos da Ação de Regularização Fundiária no Estado de São Paulo*. 2ª. Ed.

JULIO, J. E; PETTI, R; BUENO, L. B. PEREIRA. (2006). *Dinâmicas regionais e questão agrária no estado de São Paulo*. São Paulo: INCRA, 145 p.

KAGEYAMA, A. A. (coord.) (1990). O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais. In: Delgado, G. et al. (org.) *Agricultura e Políticas Públicas*. Brasília: IPEA.

LAUREANO, D. S. (2007). *O MST e a constituição: Um sujeito histórico na luta pela reforma agrária no Brasil*. Ed. Expressão Popular. São Paulo.

MARINHO, M. A. (2006). *Conflitos e possíveis diálogos entre unidades de conservação e populações camponesas: Uma análise do Parque Estadual Intervales e o bairro do Guapiruvu (Vale do Ribeira/SP)*. Dissertação de Mestrado. FFLCH/USP.

MARTINS, J. S. (1979). *Cativeiro da terra*, [1. Ed.: 1979], 6. Ed. , São Paulo, Hucitec, 1996.

MEDEIROS, L. S.; LEITE, S. (org.) (1999). *A formação dos assentamentos rurais no Brasil: processos sociais e políticas públicas*. Porto Alegre: Universidade UFRGS.

MENDONÇA, S. R. (2006). *A questão agrária no Brasil: a classe dominante agrária – natureza e comportamento 1964-1990*; STEDILE, J. P. (org.) – 1. ed. Expressão Popular. São Paulo.

NORDER, L. A. (2004) . *Políticas de assentamento e localidade: os desafios da reconstituição do trabalho rural no Brasil*. 2004. Tese de Doutorado, Universidade de Wageningen.

OLIVEIRA, A. U. (2001). *A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e reforma agrária*. Estud. Av. vol. 15 no. 43. São Paulo.

RAMOS, P. (2005). Questão agrária, salários, política agrícola e modernização da agropecuária brasileira. In: INCRA. *Questão agrária no Brasil: perspectiva histórica e configuração atual*. São Paulo.

SZMERCSÁNYI, T. (1998) *Pequena história da agricultura no Brasil*. Ed. Contexto. São Paulo.

TEIXEIRA, G. (2009). *O Censo Agropecuário 2006 – Brasil e Regiões*. Mimeo.